

**DA “VONTADE DE AJUDAR”
AO COMPROMISSO SOCIAL:
O PROCESSO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL**

Márcia Cristina Almeida Moraes¹

RESUMO: Este texto é fruto de meu trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Procura sistematizar a vivência acadêmica no Curso de Serviço Social da UCPEL e seu universo. A temática da formação profissional nos seus aspectos teórico-metodológicos, possibilita uma apreensão do curso no âmbito da sua inserção social desde a sua gênese até os novos desafios que se apresentam. Analisando a forma como o Curso de Serviço Social, na visão dos alunos e professores, está capacitando seus egressos, oportuniza-se a valorização do processo de formação profissional, bem como, abre-se espaço para ininterruptas reflexões sobre as amarras do capitalismo inseridas no cotidiano desse processo, tendo como intencionalidade, transformar a “vontade de ajudar” o próximo em compromisso ético-político com a construção da cidadania.

PALAVRAS-CHAVE: Compromisso Social; Formação Profissional; Serviço Social; Superação/Compreensão; Competência; Autonomia; Processo de Transformação Social.

Introdução

Tendo ingressado no Curso de Serviço Social no ano de 1.996, participei durante os seis anos de minha formação, não só das aulas, mas também de atividades extracurriculares e extensionistas que foram oportunizadas pela Escola de Serviço Social.

Sendo, ao mesmo tempo, aluna de graduação e trabalhadora, nem sempre tive disponibilidade de me dedicar sistematicamente àquelas

¹ Assistente Social. Graduada pela Universidade Católica de Pelotas em Dezembro/2001.

atividades que, não integram o currículo mínimo, mas que têm um papel importante na formação profissional.

Hoje, tenho certeza de que o período de formação foi um período rico em minha vida, e de ter adquirido conhecimentos os quais não se restringem a me habilitar a exercer o Serviço Social, mas que me levaram a ter uma visão mais crítica da sociedade em que vivo, de outros indivíduos, de mim mesma e, principalmente, das relações sociais e da desigualdade social.

O processo de formação profissional tem a capacidade de nos transformar em sujeitos mais críticos, mais autônomos, mais realizados e mais comprometidos, fazendo com que, muitas vezes, nem percebamos a dimensão das transformações que ocorrem conosco.

Ao concluir minha graduação, ao escolher o tema e elaborar este “TCC”, procurei sistematizar a vivência acadêmica e seu universo. O processo de formação, na perspectiva de transcender o mínimo dos conhecimentos teórico-metodológicos, ou seja, apropriar-se da dimensão ético-política que nos leva a assumir um compromisso com a melhoria da vida humana e social para todos, é o tema principal deste trabalho.

Penso que incorporar uma profissão exige clareza dos fundamentos teóricos, éticos, políticos e metodológicos que norteiam o agir profissional. Esses fundamentos, associados à dimensão histórico-conjuntural, permitem construir uma proposta de trabalho coerente com a realidade na qual estamos inseridos. A construção de um espaço profissional requer a reorganização dos conhecimentos e a avaliação das possíveis debilidades, submetendo-as a uma rigorosa análise intelectual e científica.

Num primeiro momento resgato a herança histórica do Serviço Social: o surgimento da profissão, ligando-o à Igreja enquanto tentativa de sistematizar a caridade, e ao Estado como mecanismo de enfrentamento da questão social oriunda do capitalismo. Esse resgate oportuniza a compreensão e a superação dos estigmas que a profissão carrega sob fruto de sua gênese.

Nesta perspectiva procuro situar o Serviço Social no cenário atual. Revelo as demandas como novos desafios profissionais que aparecem como resultado das transformações societárias. Na tentativa de apropriar-se desses novos desafios denuncia-se a realidade, evidenciando a política atual como instrumento de acumulação do capital e banalização das desigualdades sociais, via exclusão social. Os efeitos desta política, são enfatizados no atual mundo do trabalho e nas relações entre Sociedade Civil e Estado onde as mediações encontram-se fragilizadas em face do relativismo das políticas públicas.

Seguindo o mesmo fio condutor, procuro também, evidenciar através da formação profissional os mecanismos de enfrentamento das demandas emergentes. Caracterizando os elementos teórico-metodológicos, técnico-operativos e ético-políticos, explicitam-se os princípios fundamentais que viabilizam a competência profissional, e por conseguinte, a ascensão do Serviço Social

Por fim, procuro, através da pesquisa de campo, saber de que forma o Curso de Serviço Social da UCPEL, na visão dos alunos e professores, está capacitando seus egressos para enfrentar as novas demandas sociais e transformar a “vontade de ajudar” o próximo em compromisso ético-político com a construção da cidadania.

As reflexões, ora apresentadas, constituem-se num esforço em transcender minha trajetória acadêmica na perspectiva de configurar minha maturação pessoal e intelectual no âmbito do Serviço Social. Não tenho, aqui, a pretensão de esgotar os caminhos que levem à construção de uma prática competente, mas sim assegurar que a competência está na idéia de buscar sempre, não considerar as verdades como absolutas. Constantemente, fortaleço-me no pensamento socrático.

*“Ele supõe saber alguma coisa e
não sabe, enquanto eu, se não sei,
tampouco suponho saber. Parece que
sou um pouco mais sábio que
ele exatamente por não supor que*

sabia o que não sei “. (Sócrates).

1- Serviço Social – Uma Visão Histórica

“... o fato ou o ato de ajudar o próximo, corrigir ou prevenir os males sociais, levar os homens a construir seu próprio bem-estar, existe desde o aparecimento dos seres humanos sobre a terra”. (VIEIRA,1.989:27)

Embora o espírito de luta pela sobrevivência e preservação da espécie faça parte da natureza humana, os caminhos trilhados pela humanidade foram ao longo da história constituídos sob diferentes enfoques. Pobreza, miséria e desigualdades sociais são fenômenos que sempre se fizeram presentes na dinâmica social. É fato que essas questões sociais eram percebidas e enfrentadas de acordo com as influências do senso comum predominante em cada período histórico.

Na Antigüidade, a pobreza e a miséria apareciam como consequência da falta de meios para subsistência. Enquadravam-se como pobres: os velhos, doentes, viúvas e crianças órfãs ou abandonadas, ou seja, aqueles que não despendiam de sua força de trabalho. Nesse período, quando a sociedade obtinha as respostas para os sofrimentos no sagrado, a idéia de prevenção ou reabilitação era quase desconhecida. O espírito de igualdade inexistia, e o indivíduo na sua essência era ignorado, sendo a idéia de igualdade norteadada pela dualidade: bons e maus, fortes e fracos, cujos padrões de referência eram os valores míticos de um mundo essencialmente mágico.

Com o estabelecimento do Cristianismo como religião oficial, a sociedade começa a desvincular-se do mítico. Diante de um quadro, onde os males sociais, oriundos das guerras e catástrofes², atingem enormes

² Refere-se aos efeitos da Guerra dos 100 anos na França e à peste bubônica em Londres.

proporções, a pobreza e a miséria deixam de ser vistas como “castigo dos deuses” e passam a ser percebidas como fenômenos naturais.

A unificação da sociedade em uma mesma crença transformou não só o conceito de igualdade, uma vez que, todos passaram a ser vistos como irmãos; e também deu um novo enfoque à caridade. Ela passa a ser percebida como uma virtude cabendo à Igreja o privilégio da administração das obras de caridade. Até aqui, o governo também mantém-se distante das práticas de intervenção frente aos problemas sociais. Limita-se apenas à defesa e manutenção da ordem.

Com o surgimento do conhecimento científico, o homem liberta-se do controle religioso e da metafísica, demarcando o início dos tempos modernos. Nesse período a pobreza passa a ser vista como fenômeno social que se manifesta mediante determinadas condições sociais. A ciência começa a denunciar os fenômenos sociais. A caridade, como virtude e meio de santificação, dá lugar à “filantropia”, ou seja, à caridade secularizada. O fazer caridade passa a ser um processo natural. À sociedade é atribuído o dever de participar desse processo, visto que a Igreja não conseguia, sozinha, contemplar todas as demandas. Assim, a sociedade, em especial as senhoras, executava voluntariamente a atividade de benevolência.

Nesse período é importante salientar o nome de Juan Luis Vives. Seu trabalho “*De Subvencione Pauperum*” (“Da assistência aos Pobres”) ficou conhecido como o primeiro tratado de Serviço Social. Suas idéias deram um novo rumo à forma de solucionar os problemas sociais, pois tinham a preocupação de atingir a todas as classes indistintamente. Ele, via a sociedade como um todo e acreditava na elaboração de critérios de justiça para a reestruturação do indivíduo. Sob essa perspectiva ao Estado caberia o dever de envolver-se nas questões sociais.

Embora Vives tivesse permanecido apenas no campo da teoria, por suas idéias sofrerem a incompreensão da sociedade daquela época, ele deixou sementes que possivelmente germinaram e deram ao trabalho social um novo enfoque - o enfoque de um trabalho social organizado – em que a caridade não se fundamentava no “dar” e sim no organizar obras

que combatessem os males existentes. Talvez um dito popular assemelhar-se-ia às suas idéias: “*não devemos dar-lhes o peixe e sim, ensinar-lhes a pescar*”.

As novas concepções do século XVI³ contribuíram para que o Estado começasse a intervir no campo da caridade.

Tendo a mendicância atingido um patamar de cunho profissional, era necessário desestabilizar essa prática. Dessa forma, os municípios deveriam responsabilizar-se pelos seus pobres⁴. Instituíram-se obras sociais particulares, com patrocínio governamental que visavam à assistência social. Nesse período, o Estado começa a interessar-se pelo bem-estar do povo. Surgem as primeiras legislações sociais.

O século XIX passou a ser considerado como o século da organização da assistência social. O contexto desse período, mediante a nova classe de pobres que se estabelece - os assalariados, requisitou uma nova forma de fazer caridade. Os grupos responsáveis pela assistência deviam estudar as causas da pobreza e estabelecer formas de enfrentamento. Dessa forma, as demandas requeriam pessoas “treinadas” para tratar da pobreza. Assim, em 1898 surge o primeiro curso de Serviço Social, por iniciativa da Igreja Católica.

Essa breve retrospectiva, evidencia a vinculação do surgimento do Serviço Social, ligado à Igreja Católica enquanto sistematização da Caridade e, mais tarde, vinculado ao Estado como mecanismo de enfrentamento das questões sociais, oriundas do capitalismo.

Na verdade, a vinculação do Estado nas ações sociais reflete a preocupação em exercer o controle social, pois a miséria havia se generalizado, atingindo a classe trabalhadora, que, devido a maior nível de organização, entrou no embate diante das demandas impostas pelos donos da capital. Nesse sentido era necessário “apaziguar” os conflitos. Sendo assim, uma das formas encontradas para minimizar os atritos e

³ Concepções políticas dos chamados monarcas “esclarecidos, cuja política consistia em fortalecer o poder central, unificar o Estado e regulamentar a administração.

⁴ Lei Poor’s Law, promulgada em 1601 pela Rainha Elizabeth I.

garantir a sustentação do capitalismo foi criar o Serviço Social.

Conforme afirma Martinelli (2000:66):

“As condições peculiares que determinaram o seu surgimento como fenômeno histórico, social e como atividade profissional, e em que se produziram seus primeiros modos de aparecer, marcaram o Serviço Social como uma criação típica do capitalismo, por ele engendrada, desenvolvida e colocada permanentemente a seu serviço, como uma importante estratégia de controle social, uma ilusão necessária para, juntamente com muitas outras ilusões por ele criadas, garantir-lhe a efetividade e a permanência histórica”.

1.1 - O Serviço Social na América Latina

O desenvolvimento do Serviço Social na América Latina tem como pano de fundo o processo contraditório entre a acumulação da riqueza e o acelerado aumento dos problemas sociais. Esse procedimento é fruto do desenvolvimento do capitalismo dependente.

A classe trabalhadora sofreu no decorrer desse período profundo rebaixamento nas suas condições de sobrevivência. A crescente monopolização da economia e a concentração de renda, juntamente com o processo de industrialização, acarretou aumento do índice de miséria, gerada pelo desemprego e pela exploração da força de trabalho, assim como, desencadeou a instauração de “*cinturões de miséria*” ao redor dos centros urbanos. A população camponesa encontrava-se sem condições de inserir-se no processo produtivo industrializado. A alternativa encontrada foi a migração para os grandes centros na perspectiva de garantir sua sobrevivência mediante a venda de seu trabalho como mão-de-obra barata para as indústrias.

Essas seqüelas do novo comportamento requeriam respostas. Se por uma lado os “problemas sociais” fragilizavam as condições de sobrevivência, por outro, contribuíam com o fortalecimento dos setores sociais que travavam lutas reivindicatórias.

Como na América Latina a Igreja e o Estado constituíam-se como instrumento de manutenção da “paz social”, ambos reconhecem a necessidade de criarem-se respostas para alguns desses problemas sociais.

A resposta que foi dada frente a complexibilidade dos problemas veio primeiramente da ação social da Igreja que transformou os cursos que capacitavam as pessoas para atender a pobreza em escolas de Assistentes Sociais.

O Estado assumiu o papel de legitimador desses cursos, reconhecendo-os e regulamentando-os.

“O que se precisa entender, principalmente, é que a resposta do Estado e da Igreja também é uma resposta política e, neste sentido, desde as origens de sua formação recebem o impacto das aspirações dos setores populares” (SANTOS,1993:181).

A “desordem social” provocada pelo acelerado ritmo do capitalismo precisava ser contida, sem que isso viesse a comprometê-lo. Destarte, o Estado envolve-se no trabalho da Assistência pois tanto o caráter normativo do Estado como o caráter de beneficência da Igreja tinham como finalidade minorar essa “desordem social”.

“Manter intocada a sociedade burguesa e a ordem social por ela produzida era um verdadeiro imperativo para a burguesia. Para tanto se tornava indispensável recorrer a estratégias mais eficazes de controle social, capazes de conter o vigor das manifestações operárias e a acelerada disseminação da pobreza e do conjunto de problemas a ela associados” (MARTINELLI,2000:61)

No cenário em que se estabelecem as contradições geradas pelo novo modelo de sociedade, as demandas são respondidas ora com repressão, ora com beneficência. O clima reivindicatório decorrente do processo de hegemonia do capital industrial é tratado estrategicamente com medidas paliativas que buscam camuflar a intencionalidade da “*mais-valia*” e conseqüentemente a dominação. É dentro dessa proposta

que o Estado se efetiva como instrumento de paz social, institucionalizando o Serviço Social como um dos seus mecanismos de ação.

1.2 - O Serviço Social no Brasil

Não diferente dos demais, a lógica do capitalismo incide também sobre o Brasil.

O modelo econômico que caracteriza o país desde a metade do século XIX até os anos 30 foi o agro-exportador, tendo o café como principal produto. A crise de exportação provocada pela Primeira Grande Guerra e pela expansão da produção do café em outros países obriga que o Estado invista numa política de intervenção na economia. A alternativa foi auxiliar no progresso industrial. Entre 1915 e 1919 surgiram cerca de 5.940 empresas industriais. Essa expansão não só insere o Brasil numa era de modernização como também acarreta o agravamento das “*questões sociais*”. Essas “*questões sociais*” transformam-se em problemas sociais. A relação trabalho e capital é o ponto fundamental, pois o desequilíbrio entre a classe dos operários e grandes detentores do capital mobiliza um novo tratamento.

O Serviço Social então surge como proposta para resgatar a ordem social. Primeiramente sob iniciativa da Igreja Católica que era quem possuía o papel de atender a pobreza e a miséria, ou seja, a “*questão social*”. Posteriormente, na segunda metade da década de 30, o Estado passa a reconhecer a presença política da classe operária e procura, embora muito superficialmente, dar relevância às reivindicações da classe operária, pois era necessário contemplar essa classe para que ela continuasse a produzir riqueza material.

Assim, o Serviço Social organiza-se de modo a prestar serviço a uma hegemonia dominante, que institucionaliza a profissão como instrumento de difusão ideológica para a manutenção da ordem.

“Enfim, a identidade atribuída ao Serviço Social pela classe dominan-

te era uma síntese de funções econômicas e ideológicas, o que levava à produção de uma prática que se expressava fundamentalmente como mecanismo de reprodução das relações sociais de produção capitalista, como uma estratégia para garantir a expansão do capital”. (MARTINELLI, 2000:124)

1.3 -A reconceituação – superar ou renomear ideologias

No início da década de 60, o Serviço Social começa a assumir novos rumos. Grupos de Assistentes Sociais aliaram-se para dar início a uma prática imbuída de uma ideologia desenvolvimentista. Essa prática, embora adotando posturas mais comprometidas com o homem como ser global não consegue romper de um todo com herança conservadora que gerou e norteava o Serviço Social. Ainda que afastando-se da concepção meramente distributiva da caridade ao incorporar-se a programas que efetivassem o desenvolvimento, sua prática adotava concepções tradicionais mediante a excessiva utilização das técnicas e métodos de intervenção.

Tendo em vista esse pressuposto, a superação do “*velho*” Serviço Social preconizada pelo Movimento de Reconceituação não consistia na superação do referencial teórico funcionalista. Um mesmo processo era norteado por pólos antagônicos. Se por um lado a ideologia assistencialista era criticada, por outro, as práticas assumiam o caráter da garantia de uma sociedade harmônica.

No Brasil, a reconceituação surgiu frente ao descontentamento dos Assistentes Sociais brasileiros em relação à ausência de um enfoque teórico que norteasse o Serviço Social diante da especificidade da realidade do país. Teve como marco o Primeiro Seminário de Teorização do Serviço Social, realizado em Araxá. O resultado desse Seminário deflagra um “*novo*” Serviço Social, que através do “Documento de Araxá” procura redefinir algumas questões emergentes frente às novas demandas que chegavam até ele.

Referindo-se ao Documento de Araxá Souza(1995:72) diz:

“No documento de Araxá, as discussões se dirigem fundamentalmente para o como-fazer (...). No como-fazer, o documento não se atém simplesmente às estratégias de ação do Serviço Social de Caso, Grupo e Comunidade. Ele vai bem mais além, quando aponta como níveis de atuação do profissional:

- a atuação na política social;
- a atuação na administração de Serviços sociais;
- a atuação nos serviços de atendimento direto, corretivo, preventivo e promocional destinados a indivíduos, grupos e comunidade“.

O “como-fazer” teve como resposta uma prática tecnicistas, prevalecendo a satisfação dos interesses do processo de produção.

Quando a reconceituação encontra-se com a perspectiva dialética, idéias de inspiração marxista fecundam o pensamento crítico que se encontrava intimidado pelo senso comum estabelecido. É Yamamoto(1.999:210) que destaca:

“Embora o movimento de reconceituação tenha se gestado no bojo da política desenvolvimentista e sido tributário de seus parâmetros teórico-analíticos, já no despontar da década de 1970 passaram a marcar presença no cenário profissional análises e propostas com nítida inspiração marxista, abrindo uma fratura com suas próprias produções iniciais”.

A fragmentação de conceitos e a inexistência de uma homogeneidade na categoria dos Assistentes Sociais em relação à prática e às formas de entender a realidade social, com certeza são um dos fatores de grande relevância na trajetória de um Serviço Social desprovido de uma identidade. Embora a vertente do Movimento de Reconceituação, que se vinculava a uma visão mais crítica das questões sociais procurasse aglutinar a categoria dos Assistentes Sociais em torno dos objetivos do qual esse movimento se estruturou, afim de construir uma identidade

profissional, isso não foi possível.

Martinelli (2.000:143) explica:

“...tal Movimento procurou aglutinar em torno dos seus objetivos a maior parte dos agentes profissionais. Não obteve, porém, uma resposta unívoca, pois a cisão do único, sobre a qual o capitalismo se constrói, havia penetrado na categoria profissional, transformando-a em uma categoria fragmentada, fragilizada e desunida”

Essa fragmentação da categoria fragilizava a consciência coletiva, inibindo assim uma prática voltada para a superação do capitalismo.

Até aqui, o Serviço Social é situado na dinâmica da sociedade. O resgate histórico tem como objetivo tecer fundamentos que possibilitem a compreensão dos estigmas que norteiam a profissão.

Desde a sua gênese, institucionalizou-se como mecanismo usado para acalmar conflitos. Sua vinculação tanto à Igreja como ao Estado revelam sua inserção no sistema de estabelecimento da ordem vigente. O Serviço Social surge como resposta a demandas sociais que ameaçam o processo de manutenção e expansão do capitalismo.

A crítica ao enfoque conservador que foi referenciado teve como premissa abrir um leque de reflexões as quais oportunizassem novas estratégias de ação, onde o alvo, além da ruptura desse enfoque, fosse também a criação de projetos e práticas criativos, capazes de enfrentar os desafios profissionais apresentados pela agudização dos problemas sociais originados do capitalismo.

Nas últimas décadas, o Serviço Social vem empreendendo um grande esforço em superar suas debilidades de origem e se fortalecer como profissão capaz de enfrentar, de maneira eficaz as demandas que o desenvolvimento do capitalismo apresenta.

2 - O Cenário Aual: Novos Desafios Profissionais

O momento atual exige do Serviço Social um “olhar fecundo”. Olhar este, que seja capaz de decifrar a realidade numa perspectiva de construção de um novo modelo de sociedade.

O advento do neoliberalismo na entrada dos anos 90 acarretou profundas mudanças na sociedade devido a transformações sócio-econômicas e políticas.

No âmbito social, o desmonte da participação democrática, juntamente com o espírito da competitividade que acirra o individualismo, coloca as pessoas numa posição de total subordinação às regras do capitalismo e impotência diante do doloroso processo de exclusão.

A economia com medidas de sub-contratações de empresas, via processos de terceirização e globalização da produção, alavanca o crescimento da dívida externa e coloca o Brasil sob a tutela dos países ricos, dominantes. A autonomia e o poder político dos estados nacionais moldam-se às exigências internacionais.

O maior impacto da globalização se manifesta no desmonte das relações de trabalho, diminuição dos salários e aumento do desemprego.

Na dinâmica social, a política neoliberal procura, através do processo de globalização garantir o desenvolvimento do capitalismo mundial, e a classe burguesa fortifica seu papel histórico de dominação.

Nessa perspectiva o Documento ABESS/CEDEPSS (1.995) salienta:

“...a classe burguesa ressurgue nos anos 90 com nova força, expressa pelo seu nível de organização, renovação e qualificação, evidenciando sua tentativa de construir-se em uma classe que se quer hegemônica, procurando integrar aos seus interesses de classe as demandas das classes trabalhadoras por meios de novos mecanismos econômicos, políticos, sociais e principalmente culturais”.

A resultante de todo esse processo é uma profunda precarização

das condições de vida da maioria da população brasileira em detrimento de pequena parcela que obtém e concentra o capital e o poder.

Iamamoto(1999:18) afirma:

“... a acumulação do capital não é parceira da equidade, não rima com igualdade”.

Os indicadores de pobreza, desemprego, violência, exploração e precariedade das relações sociais, representam o que de mais deprimente vingou daquilo que foi semeado pelo segmento hegemônico que se mantém à frente da política neoliberal; por conseguinte, compõe o novo cenário das demandas do Serviço Social.

Essas demandas, além de porem em risco as garantias sociais e os direitos fundamentais, agregam o fenômeno da exclusão social no senso comum.

Aqui, não vinculo a exclusão social, apenas como reflexo da política neoliberal. Sabe-se que ela não é algo novo, Marx já lhe fazia referência na metade do século passado, ao afirmar que o modo de produção capitalista era estruturalmente excludente. O que de novo se apresenta é a base conceitual desse fenômeno. A exclusão passa a tomar por referência os padrões de inclusão, ou seja, passa a ser entendida como privação coletiva dos direitos fundamentais cujo princípio universal de cidadania é rompido.

Retomando a questão exclusão/inclusão, o fenômeno do desemprego será usado para exemplificar essa relação. As novas relações de trabalho fazem com que hoje, aquele que perde seu emprego, ou seja, fique desempregado, passe a fazer parte de um dos segmentos excluídos da sociedade, pois a possibilidade de incluir-se novamente no mercado de trabalho é praticamente remota. Passam a compor uma categoria, que Marx chamava “*exército industrial de reserva*”, sem vislumbrarem possibilidades de sair da reserva.

2.1-O Atual mundo do Trabalho

Conforme afirma o relatório da Organização Internacional do Trabalho:

“... o mundo do trabalho desemprega ou precariza cerca de um bilhão de pessoas, algo em torno de um terço da força humana mundial que trabalha”.

Com o advento da automação, robótica e micro-eletrônica o padrão fordista e taylorista vai perdendo sua exclusividade no processo de trabalho. O novo modelo, o toyotismo, baseado na acumulação flexível do aparato produtivo, coloca o trabalhador numa posição ainda mais alienante. Se por um lado é envolvido no universo e ideário da empresa, por outro lado está à mercê da manipulação empresarial, ou melhor, da lógica do capital. Esse modelo de organização de trabalho flexível acarreta o que Antunes(1996) chama de “estranhamento”.

A flexibilização do trabalho é um modo de produção destrutivo uma vez que flexibiliza os direitos e desencadeia o desemprego estrutural quando permite as subcontratações, terceirizações, fragmentando ainda mais a classe trabalhadora.

A crise do mundo do trabalho transformou o trabalhador. O operário coletivo que se contemplava como ser social na relação com outros operários, passa a adotar o trabalho numa perspectiva de “*estranhamento*”, o que deveria ser a realização é pervertido. Outro fator que contribuiu com essa transformação foi o suposto fim do socialismo com o desmonte do leste europeu em 1989. A falsa idéia do fim do socialismo (falsa porque não se acaba com aquilo que na verdade nunca existiu) provocou um sentimento imediatista na classe operária – o importante era cuidar da vida cotidiana. Tratava-se do legítimo “*salve-se quem puder*”, cada um por si. O espírito coletivo some e a identidade de classe dilui-se.

Alguns dados como o emprego industrial no Brasil em 1998 era

50% do emprego industrial em 1989; os salários em 1998 eram 30% menores do que os salários em 1989; a participação da massa salarial no produto industrial estava em 23% abaixo do que era em 1989, revelam que em 10 anos houve um notável empobrecimento dos trabalhadores. Tudo isso, com certeza, fruto da flexibilização, que oportuniza a terceirização e desmonta a estrutura dos direitos conquistados.

O que importa para o capital é ter melhores condições que o concorrente. É para isso que existe a inovação tecnológica. Ela garante melhor competitividade, portanto tem como objetivo assegurar o aumento da produtividade e o resultado imediato é a redução do trabalho vivo, diretamente envolvido no processo produtivo. Conseqüência: Desemprego estrutural.

A lógica da competitividade foi elevada ao nível de imperativo natural da sociedade. Ela faz com que o sentido do viver junto, do bem comum se dilua. Enquanto isso, a distribuição dos lucros da produtividade se faz em benefício do capital e em detrimento do trabalho. Conseqüentemente, a classe trabalhadora fragmentou-se, heterogenizou-se e complexificou-se. Criou-se uma classe dividida entre classificados e desclassificados, formal e informal, jovens e velhos, estáveis e precários. E mais, fatores como: gênero, raça e nacionalidade incorporam-se a essa divisão.

A atual conjuntura revela que a sociedade convive num verdadeiro Estado de

“mal-estar-social”. O termo “mal-estar-social” é usado para, além de caracterizar a angústia da classe despossuída, evidenciar a contradição que norteia o princípio do Welfare State⁵. Contradição porque esse modelo na verdade nunca foi vivenciado no Brasil. A plenitude dos direitos sociais não se consolidam devido ao relativismo das políticas sociais.

⁵ Welfare State pode ser definido como o Estado que garante o atendimento de: mínimo de renda, alimentação, saúde, habitação, educação, assegurando a todo cidadão o seu uso como, direito público. (BOBBIO, N. Dicionário de Política, p. 416)

2.2- Políticas sociais como resposta às contradições sociais

Segundo Evaldo Vieira(1996), a política social percorre dois momentos políticos distintos e marcantes do século XX no Brasil: o primeiro período – de controle da política correspondente à ditadura de Getúlio Vargas; e o segundo período - de política do controle, época da instalação da ditadura militar em 1964 até a Constituição de 1988.

Nesses dois períodos as políticas tinham um caráter fragmentado. Apareciam em períodos emergenciais, atendendo às pressões da sociedade.

Após a Constituição de 1988, a política social ganha uma nova “aparência”, o conceito de seguridade social incorpora-se nesta carta e o Estado passa a ter o dever de garantir direitos de saúde, assistência e previdência a todos os cidadãos sob um princípio de universalidade. O caminho para garantir esses direitos seria implantar políticas sociais públicas. Na verdade, o termo “aparência” foi usado intencionalmente devido à inexistência de políticas sociais que contemplem de forma efetiva os direitos da sociedade.

Procurar-se-á, a seguir, inserir a política social na relação capital-trabalho. Num modelo capitalista, essa relação se dá sob a ótica da exploração. Isso repercute numa sobreposição de classes, ou seja, a ascensão de uma em detrimento da outra. Essa relação capital-trabalho movimenta um campo contraditório, pois o trabalho que deveria garantir as necessidades básicas do trabalhador, mediante o impacto da “*mais-valia*”, acaba colocando o trabalhador numa situação de vulnerabilidade, sem garantias dos direitos essenciais.

A superação dessa vulnerabilidade, provocada pela contradição capital-trabalho, deveria acontecer através da utilização das políticas sociais.

“ ... as políticas sociais são concebidas como um conjunto de ações, por parte do aparelho estatal que tendem a diminuir as desigualdades sociais” (PASTORINE, 1997)

O cerne da questão que envolve as políticas sociais encontra-se nas ações do Estado. Elas configuram-se numa perspectiva compensatória e paliativa. Isso significa dizer que a intervenção estatal, via políticas públicas, não intervém na economia de modo a reverter as desigualdades. Novamente o fenômeno exclusão/inclusão se faz presente visto que a lógica dessa intervenção é a lógica capitalista.

Torna-se pertinente referenciar nessa abordagem a perspectiva marxista. Ela não pensa política social como mera concessão do Estado, adota um elemento substancial: a relação entre sujeitos. Relação que não é unilateral, e sim um processo, em cujo embate ocorrem ganhos e perdas para todos os segmentos envolvidos.

A clarificação de idéias que perpassam pela questão das políticas sociais servem para reforçar-lhe o caráter contraditório. Ao mesmo tempo que satisfazem as exigências do trabalho através da concessão das reivindicações, também atendem às exigências do capital, mantendo o potencial produtivo.

Faleiros(2.000:59) interpreta essa questão dizendo:

“As políticas sociais do Estado não são instrumentos de realização de um bem-estar abstrato, não são medidas boas em si mesmas, como soem apresentá-las os representantes das classes dominantes e os tecnocratas estatais. Não são, também medidas más em si mesmas como alguns apologetas de esquerda soem dizer, afirmando que as políticas sociais são instrumentos de manipulação e pura escamoteação da realidade da exploração da classe operária(...) As medidas de política social só podem ser entendidas no contexto da estrutura capitalista e no movimento histórico das transformações sociais dessas mesmas estruturas.”

O grande desafio das políticas sociais, e por conseguinte dos Assistentes Sociais como propositores dessas políticas, é sobreviverem ao impacto neoliberal. Numa sociedade onde o livre jogo do mercado é mecanismo de sustentação, as políticas sociais se apresentam como fator de influência. Se mantidas pelo Estado, não estimulam a competição,

fator que movimenta o mercado; se privatizadas (lógica neoliberal de Estado enxuto), passam a ser comercializadas, alimentando o mercado vinculado ao lucro e à competição. Esse princípio fere fundamentalmente a Constituição. Ele inviabiliza a garantia da seguridade social como conceito universal, uma vez que o direito passa a ser barganhado pelo poder de compra.

A superação desse paradigma supõe uma ação efetiva e eficaz do Serviço Social, pautada no princípio da cidadania plena.

2.3- A Atuação do Serviço Social

Indubitavelmente, a humanidade vive um período histórico marcado por profundas transformações societárias. Essas transformações penetram sem nenhum constrangimento na vida cotidiana das pessoas, repercutindo nos diferentes níveis das relações sociais.

O fenômeno conhecido como globalização impulsionou substantivas mudanças macroestruturais. Essas, com certeza, passam a compor os novos desafios para o Serviço Social, tanto no âmbito da atuação profissional, sua funcionalidade, como também nos mecanismos a serem utilizados com o propósito de legitimar a profissão. Alterações na divisão do trabalho na sociedade e nas relações entre Estado e sociedade requerem uma ação profissional capaz de assegurar seu compromisso ético-profissional, sem com isso ignorar sua inserção no atual mercado de trabalho.

Os conflitos da crise no mundo do trabalho, não passam despercebidos pelo campo profissional do Serviço Social. O assistente social é um trabalhador, que vende sua força de trabalho em troca de salário. Esse processo faz com que o trabalho profissional passe a fazer parte da produção e distribuição da riqueza social.

“Os valores e princípios ético-profissionais radicalmente humanos, que iluminaram as trilhas percorridas pelos assistentes sociais nas últimas décadas, sofrem hoje forte embate com a idolatria da moeda,

o fetiche do mercado e do consumo, o individualismo possessivo, a lógica contábil e financeira que se impõe e sobrepõe às necessidades e direitos humanos e sociais”.(IAMAMOTO)

Os novos tempos de acumulação do capital não se identificam com a equidade. Os argumentos, até então utilizados para caracterizar o período atual, comprovam o agravamento de questões sociais exigindo um “*novo Serviço Social*”.

Se o Assistente Social surge como um profissional necessário para implementar uma intervenção estatal a fim de garantir a ordem social, agora se faz necessário que ele “*re-surja*”, como profissional capaz de criar novas estratégias de enfrentamento das demandas que se apresentam.

Nesse sentido, José Paulo Neto refere-se de forma pertinente quando afirma que as profissões não podem ser tomadas apenas como resultados dos processos sociais macroscópicos. Afirmar que o Serviço Social foi atingido pelas transformações societárias implica abrir-se para profundas reflexões que não ignorem a concepção tradicional, mas que elas sirvam de suporte teórico aos mecanismos de superação e interpretação da realidade, colocando o Serviço Social em sintonia com o mundo contemporâneo. Essa sintonia se estabelece mediante uma ação autônoma e competente dos Assistentes Sociais. Competência para decifrar a realidade apresentada, percebê-la além das aparências e autonomia no sentido de sujeito autônomo, capaz de construir história e transformar a realidade. Nessa dualidade competência-autonomia os pressupostos teóricos, éticos e políticos de uma prática transformadora serão usados como mecanismos eficientes de intervenção. Assim, com certeza, um novo projeto de sociedade brotará, pautado nos princípios de universalidade e cidadania.

“... quando se consideram as características estruturais da sociedade brasileira e sua modalidade de inserção no sistema capitalista contemporâneo, independentes dos rumos políticos imediatos, verifica-se que a demanda objetiva de uma profissão como o Serviço Social não

tende a se contrair”.(NETO, 1996:115).

O desafio apresentado não se reduz a uma mera superação curricular e apropriação de um novo aparato teórico–metodológico. Seria ingênuo acreditar que apenas esses fatores garantiriam o enfrentamento das demandas da atual conjuntura. Com esta visão ingênua estaríamos reforçando o conservadorismo que assedia o Serviço Social desde a sua gênese. É preciso, sim, construir uma nova identidade, livre das amarras que colocam a profissão como instrumento de manutenção da ordem capitalista.

“Rompendo com a alienação e superando suas próprias origens burguesas, o Serviço Social dará o passo inicial para o assumir coletivo do sentido histórico da profissão e para um novo momento de prática profissional, produzida por uma categoria crítica, politicamente assumida e capaz de lutar por sua identidade, não como ansiedade grupal ou obsessão pelo idêntico, mas como luta social pela transformação da sociedade”.(MARTINELLI, 2.000: 159)

3- A Formação Profissional

Como foi referido anteriormente, em seu surgimento e durante décadas o Serviço Social foi fortemente influenciado por teorias que favoreciam a manutenção e o fortalecimento do sistema capitalista e privilegiavam uma ação profissional como parte do sistema de controle social.

Foi sob a influência da Teoria Marxista que o Serviço Social passou a adotar uma visão crítica e a assumir de forma explícita um compromisso político e ético com a classe empobrecida. Embora este compromisso não se traduza num projeto homogêneo que abranja toda a categoria profissional, pode-se afirmar que seja hegemônico, principalmente se considerarmos as diretrizes curriculares, o código de ética e as

propostas dos órgãos representativos da categoria dos Assistentes Sociais. Essa hegemonia tem forte influência na formação profissional e na reforma curricular, ora empreendida pelos cursos de formação no país.

Cardoso(2000:9) destaca que:

“Os pressupostos básicos das novas diretrizes curriculares da formação profissional do Assistente Social traçam um determinado desenho da profissão: particularizam o Serviço Social no conjunto das relações de produção e reprodução da vida social, como uma profissão de caráter interventiva, cujo sujeito – o Assistente Social – intervém no âmbito da questão social. Consideram a questão social como fundamento básico da existência do Serviço Social, reconhecendo, a partir daí, que o agravamento desta questão, em face das particularidades do processo de reestruturação produtiva no Brasil, determina uma inflexão no campo profissional, provocada por demandas postas pelo reordenamento do capital e do trabalho”.

O Código de Ética Profissional de 1993 tem como princípios fundamentais entre outros

“- o reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a elas inerentes – autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;
- defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;
- ampliação e consolidação da cidadania, considerado tarefa primordial de toda sociedade, com vistas a garantia dos direitos civis, sociais e políticos das classes trabalhadoras;
- a opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero”.

A viabilização da participação efetiva da população nas decisões, a democratização das informações, o fortalecimento dos interesses da população se inserem como deveres e valores éticos políticos que

configuram uma ação mais comprometida dos profissionais.

A nova ordem mundial, como já foi evidenciada, mobiliza as estruturas conjunturais para que novos paradigmas ganhem destaque e possibilitem que profissões como a do Serviço Social sejam capazes de intervir não só no plano político ou de cidadania, mas também no plano econômico.

O atual período requer trabalhadores que saibam pensar, que acompanhem a evolução tecnológica e que acima de tudo, tenham a capacidade de avaliar os processos que ocorrem na dinâmica da sociedade e propor alternativas para o efetivo exercício da cidadania. Diante dessa realidade, os cursos de Serviço Social têm uma importante missão: *“formar profissionais capazes de enfrentar esses novos desafios”*.

Tendo como base as novas exigências contemporâneas, a ABESS tem procurado estabelecer padrões que possibilitem qualificar a formação dos Assistentes Sociais em suas instituições de ensino. A nova LDB embora exigindo uma base comum, oportuniza uma flexibilidade para que cada Instituição de Ensino Superior elabore seu currículo baseando-se nas demandas emergentes.

O pressuposto central das diretrizes propostas pela ABESS é:

“... a permanente construção de conteúdos (teórico-ético-político-culturais) para a intervenção profissional nos processos sociais que estejam organizados de forma dinâmica, flexível, assegurando elevados padrões de qualidade na formação do Assistente Social”.

Baseando-se nessas diretrizes a formação profissional deve adotar como requisitos para o enfrentamento das transformações societárias: a competência teórico-metodológico, técnico-operativa e ético-política.

Estas competências, serão construídas mediante a apreensão de princípios fundamentais, dentre os quais cabe ressaltar

“- Rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social, que possibilite a compreensão dos problemas e

desafios com os quais o profissional se defronta no universo da produção; e reprodução da vida social;

- Adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade;

- Estabelecimento das dimensões investigativa e interventiva como princípios formativos e condição central da formação profissional, e da relação teoria e realidade;

- Ética como princípio formativo, perpassando a formação curricular;”

A competência teórico-metodológica consiste em entender a dinâmica da sociedade sob a luz das teorias. Elas procuram, dentro da sua concepção de realidade social, ignorar ou denunciar as forças que atuam na sociedade.

“ A questão teórica-metodológica diz respeito ao modo de ler, de interpretar, de se relacionar com o ser social, uma relação entre o sujeito cognoscente – que busca compreender e desvendar essa sociedade e o sujeito investigado”. (IAMAMOTO,1999:179)

A teoria social de Marx passa a ter forte influência na formação profissional.. Tem como ponto fundamental a totalidade. Nela, conhecer a realidade significa desvendá-la em todos os seus níveis, sociais, econômicos, políticos e culturais. Essa visão, percebe a natureza como um constante vir a ser, nada está pronto, acabado. Tudo esta em movimento.

Esse movimento, a dialética explica através da lei da negação ou ultrapassagem (aquilo que é, vai deixar de ser). A transformação das coisas só é possível porque no seu interior co-existem forças opostas, tendendo à unidade e à oposição simultaneamente.

A dialética é a filosofia da práxis, é um pensamento crítico e autocrítico. Ela questiona a realidade para descobrir os limites e desmascarar tudo o que procura deter o desenvolvimento. A dialética enquanto método, é essencialmente a crítica dos pressupostos, das ideologias, das

visões de mundo.

“A concepção dialética do trabalho social supõe a eliminação das visões conspiratórias, maquiavélicas e automáticas do capitalismo” (FALEIROS,1985:101).

Eis o ponto fundamental da competência teórico-metodológica: congregar o maior número possível de elementos que possibilitem a compreensão da dinâmica social para criar estratégias desafiadoras.

Faleiros, ao explicitar sua metodologia de articulação, contempla as condições de superação.

“A articulação consiste pois, na elaboração consciente e conseqüente, teórica, política e técnica das relações sociais (vínculos) presentes no relacionamento profissional para a construção de estratégias e táticas de solução de problemas”. (FALEIROS,1985:113)

O mundo contemporâneo e as demandas sociais requerem um profissional capaz de realizar ações profissionais não só ao nível das situações aparentes, mas também nos níveis de assessoria, planejamento, negociação e pesquisa. Isso não quer dizer que se restrinja a prática profissional a uma mera iniciativa tecnicista. Trata-se de apropriar-se de visões intelectivas e ontológicas do trabalho, resgatando ou demarcando o campo específico da intervenção do Serviço Social. A visão intelectual e ontológica fundamenta-se nos referenciais teórico-críticos, que possibilitam a articulação entre os sujeitos envolvidos no processo social.

“ É necessário atribuir maior importância às estratégias, táticas e técnicas instrumentalizadoras da ação em estreita articulação com os avanços obtidos no campo teórico-metodológico e da pesquisa” (ABESS/CEDEPSS,1995)

A competência técnico-operacional exige que a escolha das estratégias de intervenção, bem como o instrumental utilizado estejam vincu-

lados ao conhecimento das forças que atuam na realidade concreta. Isso implica uma visão da correlação de forças, numa dada conjuntura.

A realidade atual reflete profundas alterações no processo de produção e reprodução social. O neoliberalismo atribui aos espaços públicos e privados novas definições. O domínio desses espaços exige um profissional informado, atualizado, capaz de perceber as oportunidades de inserção da clientela na dinâmica social, tendo habilidade para construir as “redes” (Faleiros, 1999) que possam garantir os direitos sociais.

O Assistente Social no exercício profissional necessita garantir seu espaço de ação na atual divisão do trabalho. Dessa forma, sua competência técnico-operativa não se reduz ao domínio de técnicas de intervenção, sob pena de burocratizar sua prática de modo a oportunizar que novas categorias tomem seus espaços..A competência situa-se na capacidade de agregar o “como fazer” ao “para que fazer”, contemplando a dimensão intelectual e ontológica do trabalho.

Isso requer, segundo Yamamoto(1999:145):

“... um profissional de novo tipo, comprometido com sua atualização permanente, capaz de sintonizar-se com o ritmo das mudanças que presidem o cenário social contemporâneo (...) Profissional que também seja um pesquisador, que invista na sua formação intelectual e cultural e no acompanhamento histórico conjuntural dos processos sociais para deles extrair potenciais propostas de trabalho, ali presentes, como possibilidades – transformando-as em alternativas profissionais”.

O cotidiano reflete uma situação paradoxal. O avanço tecnológico e as conquistas da ciência, que deveriam promover o bem-estar da humanidade, colocando-se a serviço da vida, hoje tem servido para instaurar um profundo retrocesso nas relações sociais. Nessa perspectiva, o novo paradigma profissional urge contemplar a ética em todas as ações, visto que a “matéria-prima” do Serviço Social é a vida. A ética é o fio

condutor na formação profissional. Incorporá-la na cotidianidade implica um desafio que requer efetividade e eficácia. Sendo assim, a competência ético-política é requisito fundamental também para a formação dos Assistentes Sociais. Ela sinaliza direções, reivindica atitudes, cultiva a sensibilidade, convida ao sigilo, sugere parceiros, alerta para os riscos, desafia os medos e indica melhores caminhos.

“O Código de Ética nos indica um rumo ético-político, um horizonte para o exercício profissional. O desafio é a materialização dos princípios éticos na cotidianidade do trabalho, evitando que se transformem em indicativos abstratos, deslocados do processo social. Afirma como valor ético-central. O compromisso com nossa parceira inseparável, a liberdade” (IAMAMOTO 1999 :77)

Referenciar Antônio Gramsci e sua análise sobre a sociedade que coloca o cotidiano em evidência é pertinente nesta abordagem.

A teoria gramsciana de transformação social recupera e desenvolve a dialética entre a base econômica e a superestrutura, superando as posições reducionistas do economicismo e do voluntarismo numa concepção abrangente de transformação social como um processo que se efetiva na relação dialética do econômico e do político-ideológico.

É na atividade política, enquanto atividade, que faz o nexo orgânico entre o econômico e o ideológico que se desenvolve a ação transformadora das relações sociais.

Gramsci faz uma descoberta básica para a compreensão da ação da superestrutura no processo social: a sociedade civil como lugar de transmissão dos “Impulsos Hegemônicos”. A hegemonia de uma classe inclui necessariamente a luta do domínio da ideologia, ou seja, a sociedade civil é o lugar decisivo de exercício da hegemonia e também espaço de luta.

Gramsci incorpora na sua teoria de transformação social duas categorias: “Hegemonia e Intelectual Orgânico”, onde o intelectual orgânico é identificado na sociedade por sua função de organização em

todos os campos da vida social e capaz, por isso, de interferir na hegemonia predominante.

Transportando estas duas categorias para o cenário atual creio que o compromisso ético-político do Serviço Social seja também agir como um intelectual orgânico, formador e articulador de uma contra-hegemonia, capaz de fazer frente ao projeto neoliberal que se instaura.

Ouso-me resumir essa competência na abordagem pertinente de Faleiros sobre a ação transformadora.

“A ação transformadora das superestruturas e a função dos intelectuais na sua organização é um processo permanente de mediação, de estabelecimento de estratégias e práticas de lutas para avançar e de capacidade de recuar, e não um processo linear de avanços sem recuo. A transformação supõe a criação de práticas democráticas, de crítica a exploração existente para ir se criando um novo consenso no próprio cotidiano” (FALEIROS,1985:95)

Sendo assim, a formação profissional nos Cursos de Serviço Social, necessita, incondicionalmente desenvolver as seguintes habilidades

- “ - Apreensão crítica do processo histórico como totalidade;
 - Investigação sobre a formação histórica e os processos sociais contemporâneos que conformam a sociedade brasileira, no sentido de apreender as particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo e do Serviço Social no país;
 - Apreensão do significado social da profissão desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade;
 - Apreensão das demandas – consolidadas e emergentes- postas ao Serviço Social via mercado de trabalho, visando a formular respostas profissionais que potenciem o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre o público e o privado;”
- (ABESS/CEDEPSS)

4 - Pesquisa de Campo

Nas reflexões anteriores, procuro situar o Serviço Social na dinâmica social, evidenciando sua inserção na trajetória histórica das relações sociais, enquanto resposta às demandas da realidade.

Como tudo, a natureza e a realidade social estão em constante movimento, a atuação do Serviço Social deve acompanhar esse movimento no sentido de qualificar-se para enfrentar os desafios que são impostos. Com isso, considero pertinente saber se o Curso de Serviço Social da UCPEL, na visão dos alunos e professores, contempla a formação de um profissional competente tecnicamente e que tem um projeto político que leve à superação da realidade social.

A presente pesquisa, pretende identificar a forma como os alunos e professores conceituam e identificam as funções da profissão, assim como, também, busca avaliar aspectos da formação profissional que contribuem ou restringem a construção de uma prática coerente com as demandas colocadas pela atual sociedade.

A pesquisa teve como amostragem duas categorias: uma formada por alunos em estágio curricular e os formandos 2001/2, e, a outra formada por professores da escola de Serviço Social com formação em Serviço Social. Apliquei como instrumento de pesquisa um questionário com respostas abertas e fechadas para cada categoria. O instrumento reuniu dados que expressaram a opinião de 40% da categoria dos alunos e 66,6% dos professores.

4.1 – Apresentação e Análise dos Resultados

No que se refere à faixa etária do grupo de alunos pesquisado, 52,6% situam-se na faixa que compreende de 20 a 30 anos, 21% de 30 a 40 e 26,3% de 40 a 50 anos. Portanto, com uma heterogeneidade bastante grande no que se refere ao tempo vivido. Salienta-se que este dado indica a possibilidade de troca de experiências, assim como dá convivência e

confronto de idéias que abrangem diferentes etapas da vida, o que certamente é um elemento enriquecedor do processo de formação.

A predominância de alunos do sexo feminino, 94,7%, confirma a tendência histórica da profissão, tendo como potencial o avanço da participação das mulheres no mercado de trabalho e os questionamentos e críticas que o movimento feminino vem empreendendo.

Os dados revelam uma renda familiar de mais de 8 salários mínimos de 57% dos entrevistados, mas também de até 4 salários mínimos 15,8% e de até 6 salários mínimos de 21%, significando também uma heterogeneidade quanto às condições de vida dos alunos. Mais uma vez, destaca-se a importância e o significado positivo desta diferença como forma de enriquecimento da formação profissional e da troca de experiências e visões. Soma-se a isto o fato de 47,4% dos alunos entrevistados serem alunos trabalhadores e, portanto, vivenciarem as oscilações, as transformações e a exploração do trabalhador pelo mercado capitalista.

Quanto aos professores, obteve-se uma faixa etária de 50 a 60 anos 50%, 40 a 50 anos 33,3% e 16,7 possuem de 20 a 30 anos, 66,6% do sexo feminino, 100% com titulação de Mestrado e 66,6% com mais de 10 anos de atuação profissional, ou seja, um corpo docente que acumula significativa experiência tanto de vida como profissional.

É interessante observar que 63,1% dos alunos entrevistados ingressaram no curso por opção consciente pela profissão; 21% ingressaram com a perspectiva de solicitar a transferência para outro curso e 10,5% procuraram o Serviço Social porque vincularam a profissão à vocação de ajudar as pessoas. Apenas 5,3% procuraram o Curso de Serviço Social pela necessidade de concluir um curso superior.

Estes dados asseguram que os acadêmicos se inserem no Curso tendo em vista sua afinidade com o social. Executam uma proposta, que é fruto de sua vontade individual, mas trazem a marca das origens da profissão, vinculada ainda a valores e princípios de “ajudar ao próximo”, bastante carregada dos ideais caritativos e filantrópicos cristãos e possivelmente sem uma visão crítica da sociedade capitalista e de sua ideolo-

gia.

No entanto, ao serem questionados sobre as funções e o conceito de Serviço Social, já se observa o rompimento com o senso comum e com os ideais que levaram a ingressar no Curso, e a já influência do novo posicionamento da profissão diante da realidade social e de seus pressupostos teórico-metodológicos e ético-políticos.

Confrontando a conceituação do Serviço Social nas respostas de alunos e professores observei que os professores possuem uma unidade de posicionamento em relação aos conceitos e funções do Serviço Social - 100% dos entrevistados nortearam suas definições sob a ótica da intervenção na realidade social.

Entre os alunos, esse percentual não se mantém. Embora contemplando os elementos fundamentais, há certa dificuldade em conceituar o Serviço Social, visto que seu caráter funcional prevalece - 52,6% vincularam o conceito do Serviço Social à conquista de direitos, busca da dignidade humana como construção da cidadania e melhoria da qualidade de vida; 23,3% acreditam que o Serviço Social seja uma profissão interventiva, ou seja, visa a intervir nas relações sociais que são oriundas da problemática sociais; 15,8% associam o Serviço Social às políticas sociais, sendo a profissão responsável pela execução dessas políticas; 5,3% não souberam definir um conceito para o Serviço Social.

Em relação à função do Assistente Social, a unidade aparece. Praticamente todos os acadêmicos enxergam as demandas do Serviço Social e reconhecem o seu papel frente a elas. As funções de assistir, mediar, resgatar, auxiliar, orientar, conquistar e intervir compõem o cenário profissional.

Isso leva a crer que os grupos de alunos do Curso de Serviço Social compreendem qual o seu papel na dinâmica da sociedade. Embora variando os conceitos, há entre ambos uma aproximação no que tange o comprometimento do Serviço Social com sua clientela. Esta, sendo a parcela desprovida de direitos, é tarefa do profissional inseri-la na sociedade de forma a efetivar sua cidadania.

Observa-se assim a concretização dos objetivos e do processo de

formação profissional.

Diante da existência de um distanciamento entre a motivação inicial e os objetivos e funções da profissão resultantes do processo de formação, tornou-se importante conhecer o grau de satisfação e como os alunos avaliam a formação recebida. Obteve-se quanto à formação recebida a seguinte avaliação:

- 57,9% consideram-na muito boa;
- 31,6% consideram-na boa;
- 5,3% consideram-na ótima;
- 5,3% consideram-na regular; revelando que embora tenham substituído suas motivações iniciais os acadêmicos consideram positiva esta troca.

Os alunos evidenciaram, que, para que o curso, fosse contemplado efetivamente em seu objetivo de formar profissionais competentes, seria necessário:

- Maior número de disciplinas que propiciassem conhecimentos de técnica e dinâmica de atendimento (63,1%)
- Melhores oportunidades de relacionar teoria e prática (63,1%)
- Disciplinas que auxiliassem na compreensão da realidade (26,3%)
- Maior suporte teórico-metodológico (21%)
- Professores mais qualificados(capacitados) (10,5%)
- Professores mais exigentes (5,3%)

Os dados reforçam algumas dificuldades encontradas pelos acadêmicos no campo de estágio; 47,4% afirmam que apenas às vezes a linguagem de sala de aula é compatível com a prática de estágio; 36,8% consideram a linguagem compatível com a prática; 5,3% julgam que a linguagem de sala de aula não é compatível com a realidade, Não responderam a essa questão 5,3% dos entrevistados.

Este resultado é revelador tanto da angústia e da insegurança vivenciados por todos que iniciam uma prática como da ideologia que

fragmenta a teoria e a prática, colocando-as em momentos estanques. Deve, diante deste fato, ser esta dicotomia objeto de maior reflexão e debate durante o processo de formação.

A falta de sintonia entre a sala de aula e a prática de estágio foi justificada sob os seguintes enfoques:

- 78,9% atribuem essa carência ao fato de não conseguirem estabelecer uma relação entre teoria e prática;
- 15,8% consideram o fator tempo relevante. A falta de tempo para inserir-se nas atividades propostas pela Universidade acarreta a dificuldades de melhor qualificar-se frente a situações encontradas no campo de estágio;
- 5,3% relaciona as dificuldades com a ausência de domínio das políticas públicas que auxiliam o trabalho.

Em relação às disciplinas de maior e menor significação na trajetória acadêmica é dada ênfase para a Disciplina de Atendimento Individual e Grupal em Serviço Social (36,9%) e para as disciplinas de Políticas Específicas (26,3%). Acreditam que estas disciplinas são as que realmente são utilizadas na prática, tanto na forma de agir quanto no esclarecimento da realidade. Os outros 26,4% foram distribuídos entre as disciplinas de Sociologia (10,5%), Antropologia Cultural e Psicologia (5,3%), Teorias de Serviço Social (5,3%) e entre o Estágio Supervisionado (5,3%). Apenas 10,5% consideram todas as disciplinas fundamentais à formação profissional. Em verdade, estas disciplinas respondem pela operacionalização do Serviço Social e são trabalhadas através de muitos exemplos e estudos de caso, de forma a que, satisfatoriamente respondam às demandas da realidade.

Dentre as disciplinas que foram julgadas sem significado para a formação profissional, encontram-se as de Tópicos em Serviço Social (31,6%), Formação Social, Econômica do Brasil e a Questão Regional (15,8%), Religiosas (15,8%), Estatística (10,5%), Planejamento Social (5,3%). Não responderam a esta questão 5,3% dos entrevistados. Justificaram a escolha, afirmando que não conseguiram relacionar o conteúdo

desenvolvido nestas disciplinas com a dinâmica do Serviço Social, com exceção, da disciplina de Planejamento Social. A esta atribuída algumas carência em relação aos conteúdos desenvolvidos. Destaca-se também que são disciplinas cujo conteúdo responde às necessidades futuras, ou seja, instrumentalizam a prática profissional inserida no mercado de trabalho.

De modo geral é possível afirmar que a opção consciente pelo Serviço Social feita pelos 63,1% dos alunos relaciona-se com o nível de satisfação de suas expectativas em relação ao curso - 78,9% estão satisfeitos com o curso, e, apenas, 21,1% não estão satisfazendo suas expectativas.

A satisfação das expectativas, em relação ao Curso de Serviço Social, se dá, mediante uma formação que busque a apreensão da realidade como um todo, e, também, pela preocupação do corpo docente em estimular o espírito crítico frente às questões sociais. Os 21,1% que não estão satisfeitos com o curso, consideram-no muito teórico e afastado da realidade, não oportunizando assim relação entre teoria e prática.

4.1.1. A visão dos professores

Com certeza, o elevado índice de satisfação das expectativas por parte do corpo discente do Curso de Serviço Social se dá, através da unidade criada, entre o corpo docente, frente aos aspectos relevantes na formação profissional. Eles atribuem preponderância aos seguintes aspectos:

- conhecimento teórico-metodológico;
- capacidade crítica analítica;
- apropriação da realidade;
- inserção no mundo globalizado;
- fortalecimento dos sujeitos – autonomia;
- compromisso ético-político;
- relação teórico-prática;

Apesar de buscar contemplar todas estas questões, alguns pontos

limitam e preocupam o corpo docente.

O fator tempo, associado ao número de alunos que trabalham todo o dia, é uma preocupação dos professores. Mesmo que 52,6% dos alunos não trabalhem, e poderiam ocupar seu tempo dedicando-se à sua formação de modo a aprimorar-se e qualificar-se, não o fazem. Os demais, e também, a desigualdade do tempo disponível exige e preocupa os professores, pois devem adequar estratégias e critérios de avaliação do desempenho discente

Há uma outra preocupação que convive com os professores. A cultura capitalista que reforça a dificuldade de acreditar na transformação presente em alguns alunos. Creio que associar essa preocupação ao nível econômico dos alunos que, como já vimos, não é tão baixo (57,9% possuem renda de mais de oito salários), seria pertinente. É claro que precisaríamos de dados mais abrangentes em relação a esse fator, onde aqui, não são contemplados. Porém, atrevo-me a levantar uma hipótese que precisaria ser estudada; “Será que essa parcela jovem, representante da classe média/alta, não estaria sustentando a herança capitalista que inibe a transformação?”, ou conforme analisado teoricamente, “estamos todos envolvidos nas malhas da hegemonia dominante?”

O perfil dos acadêmicos traçado pelos professores em relação à sensibilidade frente às questões sociais, reforça e confirma os dados levantados em relação à função do Assistente Social na visão dos alunos. A identificação das demandas sociais, referenciadas na funcionalidade do Serviço Social demonstra que os alunos estão sensíveis a estas questões e conseguem visualizá-las na dinâmica social.

Outro fator relevante foi a dificuldade que os alunos têm em superar o empírico. Essa dificuldade será problematizada no momento a seguir. Creio ser teoria e prática os elementos fundamentais que dificultam a construção de uma verdadeira identidade profissional.

4.1.2. - Relação teoria e prática

O cerne da dificuldade de associação entre teoria e prática que tanto foi evidenciado nas discussões do Serviço Social, possivelmente se encontre na falta de elementos que clarifiquem os conceitos de teoria e prática numa perspectiva de práxis social.

“Se o critério de verdade está na prática, só é descoberto numa relação teórica com a prática mesma, como o sustenta a tese VIII:” Toda vida social é essencialmente prática. Todos os mistérios que induzem a doutrina ao misticismo encontram sua solução racional na práxis humana e compreensão dessa prática “(...) Essa tese aponta para a unidade indissolúvel entre teoria e prática, estando a teoria a serviço da transformação” (IAMAMOTO, 1997: 118).

Creio que abordar essa temática significa definir o papel que a teoria e a prática assumem dentro do Serviço Social. Fala-se nessa relação, como se os elementos técnicos e as atividades práticas pudessem solucionar esse dilema. Isso não quer dizer que devemos ignorar o aparato instrumental que auxilia o desempenho profissional.

É como diz Faleiros(1999:71)

“... as categorias e as estratégias de ação em Serviço Social são construções teórico-metodológicas que advêm da fecundação da teoria pela prática e da prática pela teoria e constituem um repertório profissional para intervenção...”.

Por isso, conceber teoria e prática como elementos distintos, significa ignorar a dinâmica social dentro de sua perspectiva de totalidade. Essa totalidade só pode ser interpretada à luz da teoria.

Ao longo da trajetória histórica do Serviço Social, a relação teoria e prática foram alvos de reflexões. Se na sua origem, prevalece a prática como forma de atender às demandas, pode-se dizer que as respostas dadas pelo Serviço Social eram indubitavelmente improvisações assistencialistas

que visavam a manter a ordem social, o consenso, e portanto não podem ser denominadas "práticas". Essa ação improvisada, distanciada de uma teoria diferente da que mantinha a ordem vigente, foi questionada no Movimento de Reconceituação. O Serviço Social buscou novo referencial teórico. Esse referencial, subsidiado no pensamento marxista leva a profissão a investir na superação de suas origens. A transcendência tanto do caráter de improvisação (prática sem teoria) como do caráter de suposição (teoria sem prática) se dá mediante a concepção marxista de prática social essencialmente histórica.

"Assim, a concepção de prática social é revolucionária, isto é dispõe de um nítido caráter de classe, apresentando-se como "prática-crítica" – a práxis revolucionária como unidade de transformação do homem e das circunstâncias".(IAMAMOTO, 1997:117).

A falta de unidade entre teoria e prática ocorre justamente porque o pensamento racionalista formal, que é típico no capitalismo monopolista, cria representações deformadas da realidade. A ideologia burguesa dominante exerce forte influência na divisão social do trabalho. O Assistente Social, ao desempenhar funções executivas, por vezes, distancia-se da reflexão teórica. Assim, modelos cristalizados passam a compor a dinâmica profissional.

Determinar as relações sociais sob o pressuposto "causa-efeito", faz com que a intervenção social se fundamente em uma série de métodos e técnicas de uma intervenção burocratizada, que tende exclusivamente a ignorá-la como "processo", que se constrói na realidade concreta.

"O que aí aparece, e se coloca tanto como entrave à intervenção como uma derivação e exigência de uma determinada concepção à cerca da relação teoria/prática, é a aplicação indiscriminada de modelos na análise e diagnóstico da realidade; a utilização de técnicas e instrumentos retirados de manuais; o estabelecimento de princípios, normas e regulamentos de ações e aceitações acrítica dos já instituídos, prevalecendo uma relação de exterioridade entre sujeito e objeto e de

neutralidade entre os sujeitos envolvidos nesse processo” (GUERRA1999: 172).

Se é no processo histórico que a teoria e prática se fundem, ignorar teoria seria fortalecer a origem positivista e conservadora do conhecimento e da ciência, ou seja, colocar a intervenção profissional em nível de operações lógico-formais; assim como, ignorando a prática e permanecendo no mundo das idéias estaríamos negando a possibilidade do “empowerment”⁵ (Faleiros, 1.999), capaz de transformar o ciclo de exclusão.

Conclusão

O encaminhamento das reflexões ora desenvolvidas permite ressaltar alguns aspectos que parecem marcantes e significativos para a compreensão do Serviço Social enquanto profissão.

O resgate histórico da evolução do Serviço Social profissionalmente oportuniza visualizar que a mesma surge e se constrói como decorrência do poder hegemônico da classe dominante, que inibe e inviabiliza a construção de práticas autenticamente sociais ao articular estratégias de controle social, sob a ilusão de servir. Assim, ele se institucionaliza, como profissão, quando o capitalismo industrial consolida sua liderança, em nível mundial, em fins do século XIX e começo do século XX e, na América Latina, da década de 20 a 30, quando se inicia a hegemonia do capital industrial sobre o comercial que, com a criação

⁵ A expressão “empowerment” é definida por Bárbara Solomon (In FALEIROS, 1997:51) como “um processo em que o Assistente Social se engaja num conjunto de atividades com o cliente...que objetivam reduzir a falta de poder que foi criada pelas avaliações negativas sobre seu pertencimento a um grupo estigmatizado. Envolve a identificação dos blocos de poder que contribuem para o problema, assim como o desenvolvimento e implementação das estratégias específicas objetivando tanto a redução dos efeitos dos blocos de poder indireto como a redução das operações dos blocos diretos de poder”

do trabalho assalariado, passa a atenuar os efeitos das contradições capital-trabalho.

Assim sendo, o Serviço Social é reconhecido como um tipo de especialização do trabalho, uma profissão inscrita na divisão social e técnica do trabalho na sociedade. Tratá-lo como trabalho, supõe inseri-lo no processo de produção e reprodução da vida social. Sob essa ótica não há como negar que as mudanças societárias que alteram as condições e relações de trabalho também afetam os Assistentes Sociais que têm construído o seu agir a partir das demandas sociais de diferentes segmentos de classe.

O cenário atual reflete o imperativo das desigualdades sociais, onde, os direitos fundamentais perdem suas garantias e a exclusão é banalizada pela inoperância das políticas públicas. Esse momento conjuntural desafia o Serviço Social. Como Yamamoto (1998) enfatiza, o momento *“requisita um profissional culto e atento às possibilidades descortinadas pelo mundo contemporâneo, capaz de formular, avaliar e recriar propostas no nível das políticas sociais e da organização das forças da sociedade civil. Um profissional informado, crítico e propositivo, que aposte no protagonismo dos sujeitos sociais”*.

A construção desse *“novo profissional”* privilegia o espaço de formação profissional.

Nessa perspectiva, a formação profissional exige um sólido suporte teórico-metodológico para conhecer e decifrar a realidade social, um qualificado aparato técnico-operativo que contemple a dimensão intelectual e ontológica do trabalho profissional e um comprometimento ético-político capaz de romper com o conservadorismo dominante e instituir uma prática democrática de enfrentamento dos desafios que se apresentem.

Os indicativos fornecidos na pesquisa de campo abrem caminhos para uma reflexão a cerca da formação profissional desenvolvida no Curso de Serviço Social da Universidade Católica de Pelotas no nível de resposta aos desafios da contemporaneidade.

O Curso, na visão dos alunos e professores, se constitui mediante

uma busca incessante em colocar os alunos numa posição crítica frente à realidade que se apresenta. Toda a bagagem teórica, metodológica, ética e política incidem na apreensão global das demandas, inserindo-as no contexto histórico estrutural, onde, o pano de fundo é o comprometimento profissional na perspectiva de transformação das injustiças sociais.

O grande entrave parece estar na relação teórico-prática. Há de se repensar essa relação, que, por horas, tem se apresentado entre os acadêmicos de forma fragmentada. Recorrendo a Faleiros (1.999), pode-se dizer que **“a recusa do teorismo pela prática, em alguns casos, jogou fora junto à teoria, ou seja, a criança junto com a água do banho”**.

Sendo o Serviço Social produto da concepção positivista, uma herança ainda sobrevive, quando se considera que a problemática social possa ser enfrentada com métodos e técnicas que perderam o ritmo da evolução histórica. Por outro lado, a complexibilidade das demandas sociais evoluem aceleradamente, colocando-se à frente das teorias.

O que os acadêmicos vislumbram como relação teórico/prática, com certeza, não pode ser construída apenas no espaço da academia. Essa relação se estabelece no cotidiano, no interagir do processo. Querer que ela se concretizasse sob a realidade empírica, significaria negar a importância dos sujeitos na construção desse processo.

“... a teoria afirma-se também como teoria das possibilidades da ação. Assim, se ela é condição para explicação do real, é também condição para desvendar as possibilidades de ação no processo social”. (IAMAMOTO, 1.997:178).

Eis aí o cerne da competência profissional, congrega e articula através da práxis todas as determinações do ser social e a partir daí, construir, numa ação conjunta (sujeito e objeto), uma proposta capaz de transcender a lógica capitalista e fazer nascer uma *“nova sociedade”*.

Já dizia um *“grande homem...”*.

“... a crítica não arranca flores imaginárias dos grilhões para que os homens suportem os grilhões sem fantasia e consolo, mas para que se livrem deles e possam brotar as flores vivas”.(MARX, K.).

Referências Bibliográficas

ABESS/CEDEPSS. Documento (nov1.995). *Proposta Básica para o projeto de formação profissional*. In Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, ano XVII, nº 50, 1996.

ANTUNES, R. *Dimensões da crise e as metamorfoses do mundo do trabalho*. In Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, ano XVII, nº 50, 1996.

ABRANCHES, S. H, et alli. *Política Social e combate à pobreza*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1987.

BARROS, D. S. *Serviço Social – profissão ou ideologia?* In Revista A Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, ano IV, nº 13, 1983.

CARDOSO, F. G. *As Novas Diretrizes Curriculares para a Formação Profissional do Assistente Social: Principais Polêmicas e Desafios*. In Temporalis, ano I, nº 2 ABEPSS, 2000.

FALEIROS, V. P. *A política social do Estado Capitalista*. São Paulo: Cortez, 2000.

_____, V. P. *Saber profissional e poder institucional*. São Paulo: Cortez, 1985.

_____, V. P. *Metodologia e Ideologia do Trabalho Social*. São Paulo: Cortez, 1986.

_____. V. P. *Estratégias em Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1999.

GENTILLI, R. M. L. *A prática como definidora da identidade profissional do Serviço Social*. In Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, ano XVIII, nº 53, 1997.

GUERRA, Y. *A Instrumentalidade do Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1999

IAMAMOTO, M. V. *O Serviço Social na Contemporaneidade: Trabalho e formação profissional*. São Paulo: Cortez, 1999.

_____, M. V. *Renovação e Conservadorismo no Serviço Social – Ensaios críticos*. São Paulo: Cortez, 1997.

_____, M. V. *Capacitação em Serviço Social e Política Social – Crise Contemporânea, questão social e Serviço Social – módulo 01*

KARSCH, U. M. S. *O Serviço Social: uma categoria histórica?* In Revista Serviço Social e Sociedade, São Paulo: Cortez, ano IV nº 13, 1983.

LIMA, M. H. de A. *Serviço Social e Sociedade Brasileira*. São Paulo: Cortez, 1984.

LOWY, M. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Munchhausen – Marxismo e Positivismo na Sociologia do Conhecimento*. São Paulo: Cortez, 1994.

MARTINELLI, M. L. *Serviço Social: Identidade e Alienação*. São Paulo: Cortez, 2000.

NETTO, J. P. *Transformações societárias e Serviço Social – notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil*. In Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, ano XVII, nº 50, 1996.

PASTORINI, A. *Quem mexe os fios das políticas sociais? Avanços e limites da categoria “concessão-conquista”*. In Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, ano XVIII, nº 53, 1997.

PIZZI, J. *Apresentação de um Trabalho Acadêmico*. In Revista Ecos. Pelotas: Educat, v.1, nº 2. 1997.

_____, J. *Normas para apresentação de um Trabalho de Conclusão de Curso*. In Revista Ecos. Pelotas: Educat, v.1, nº 3. 1997.

SÁ, J. L. M. de. *Conhecimento e currículo em Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1995.

.SERVIÇO SOCIAL. *Congresso Chico Mendes. As respostas da categoria aos desafios conjunturais: IV congresso de Assistentes Sociais*. São Paulo: Cortez, 1995.

SEVERINO, A. J. *Metodologia do Trabalho Científico*. São Paulo: Cortez, 1996.

SILVA, M. O. da S. *Formação Profissional do Assistente Social*. São Paulo: Cortez, 1995.

_____, M. O da S. *Avaliação das políticas sociais: concepções e modelos analíticos*. In Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, ano XVIII, nº 53, 1997.

SOUZA, M. L. *Serviço Social e Instituição – A questão da Participação*. São Paulo: Cortez, 1995.

VIEIRA, E. A. *As políticas sociais e os direitos sociais no Brasil: avanços e retrocessos*. In Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, ano XVIII, nº 53, 1997.

WANDERLEY, M. B. *Refletindo sobre a noção de exclusão*. in Revista Serviço Social e Sociedade . São Paulo: Cortez, ano XVIII, nº 55, 1997.

